



O historiador e suas fontes

Carla Bassanezi Pinsky
Tania Regina de Luca

Ana Luiza Martins • Antonio Celso Ferreira
Caroline Silveira Bauer • Durval de Albuquerque Júnior
Elias Thomé Saliba • Flavia Galli Tatsch
Júnia Ferreira Furtado • Keila Grinberg
Leandro Karnal • Maria Sílvia Bassanezi
Maria Teresa Cunha • René E. Gertz
Solange Ferraz de Lima • Teresa Malcitan
Vânia Carneiro de Carvalho

Conselho Editorial

Ataliba Teixeira de Castilho
Felipe Pena
Jorge Grespan
José Luiz Fiorin
Magda Soares
Pedro Paulo Funari
Rosângela Doin de Almeida



Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra, com o qual não necessariamente concorda.
As Organizadoras e os Autores conhecem os fatos narrados, pelos quais são responsáveis,
assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br



editoracontexto



FONTES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Uma construção permanente

Ana Luíza Martins

O que têm em comum um palacete barroco, uma festa paraense, um bairro paulistano, um terreiro de candomblé, um mapa setecentista, uma obra de arte e um queijo mineiro? Nos dias de hoje, todos eles podem ser considerados *patrimônio cultural*. Em outras palavras, o estudo do patrimônio é um campo que, de forma “gulosa”, se serve de tudo o que estiver disponível – das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro – e que for capaz de representar a dinâmica da história.

Definição

A expressão patrimônio cultural designa o conjunto de bens oficialmente protegidos, tangíveis e intangíveis, que participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, no âmbito dos processos de formação e transformação das nações contemporâneas e das relações internacionais.¹

A diversidade de fontes requerida pelo historiador do *patrimônio cultural* é de tal amplitude e ordem que convém estabelecer desde já um recorte

de abordagem, compatível com os limites físicos deste texto. Nesse sentido, percorreremos historicamente parte da seleção e utilização das fontes para estudos de bens afetos ao patrimônio cultural, conforme praticados pelos órgãos institucionais, em que esse exercício é permanente e se recria a cada objeto por desvendar ou dimensionar em seus múltiplos significados.

Contudo, insistimos, esse refazer constante do entendimento de nosso patrimônio plural, embora se dê legalmente no âmbito dos Conselhos, assessorado por técnicos, também se alimenta dos avanços da pesquisa acadêmica, na sua maioria avanços externos às instituições de preservação, num intercâmbio necessário e salutar para a competente produção do conhecimento patrimonial. Assim, a renovação desses estudos, sobretudo no que diz respeito ao crescente e diversificado uso das fontes, deve muito às universidades, aos institutos fomentadores de pesquisa, aos organismos, fundações, associações e museus que trabalham com metodologias renovadas e têm como horizonte o cuidado com a produção e trato dos acervos, com vistas à qualificação metodológica da pesquisa histórica.

Mais recentemente há a providencial iniciativa de complexos empresariais, com seus Centros de Memória particulares, nos quais historiadores e arquivistas profissionais trabalham com o rigor metodológico pertinente à área. Logo, não se trata de confinar a seleção de objetos, temas e fontes do patrimônio a uma só leitura, pelo viés exclusivo das práticas dos Institutos de Patrimônio, mas compartilhar, com os demais espaços de pesquisa e guarda de documentos, de caráter oficial ou particular, o árduo mas fascinante trabalho de descoberta e seleção de fontes, instrumentos decisivos para a identificação e seleção de representações de nosso patrimônio cultural.

O tema é de interesse recente. José Honório Rodrigues, ainda na terceira edição de sua *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, de 1968, entre os diversos gêneros de História mencionados, não cita aquele do patrimônio. Na segunda edição de sua *A pesquisa histórica no Brasil*, de 1969, inclui breve item sobre a pesquisa e as fontes do patrimônio histórico, criticando severamente o Decreto-lei 25 de instituição do SPHAN (Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional), pela abrangência das atribuições propostas ao novo órgão, então responsabilizado pela tutela e catalogação sistemática dos arquivos estaduais, municipais, eclesiais e particulares, cujos acervos interessam à História nacional e à História da arte no Brasil. O historiador estranhava,

inclusive, a classificação dos quatro livros de tombo distintos: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas*, questionando: "afora as divisibilidades unidas sem critério, surgia aquele tombo histórico, como os demais históricos não fossem"? Seleção que permaneceu equivocada por muitos anos, com o atributo redundante de "histórico" apenas a um dos livros tombo. Fato é que, a despeito das imensas dificuldades com que lidou o posterior DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), coube a este órgão federal responder solitariamente pelo trato de nosso vasto patrimônio, até que por volta do final dos anos 1960 surgissem, à sua sombra e com a mesma incomensurável abrangência, os Órgãos Estaduais e, mais recentemente, alguns Órgãos Municipais.

Nas universidades, em geral, o tema do patrimônio tem sido tratado de forma incipiente, merecendo mais atenção do ensino formal nos estados em que o patrimônio edificado se reveste de caráter excepcional, a exemplo de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Maranhão, sobretudo no que diz respeito às intervenções de restauro. No Sudeste, só recentemente alguns departamentos de universidades têm se debruçado sobre o assunto, em particular com a sistematização das fontes do patrimônio. Para mencionarmos São Paulo, cabe lembrar o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da USP, às voltas com fontes do patrimônio no âmbito urbanístico e arquitetônico; o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que desenvolve projeto sobre o urbanismo paulista, assim como o concorrido curso de especialização da Unicsul (Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo), voltado para o trato das fontes visando o restauro do bem arquitetônico.

A despeito da visível negligência no encaminhamento da questão, os Organismos do Patrimônio passaram a ser objetos de pesquisa histórica, eles próprios fontes potencializadas para o entendimento de políticas culturais e públicas, para a percepção de valores culturais e representações sociais. Vejam-se, nesse sentido, os trabalhos pioneiros de produção acadêmica que resultaram das teses de Marly Rodrigues, *Imagens do passado: a Instituição do patrimônio em São Paulo – 1969-1987*³ e Silvana Rubino, *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*.⁴ A primeira trabalhou com fontes

internas do órgão, de *Atas de Reunião do Conselho aos Processos de estudo de tombamento, Coleções de leis e decretos, Relatórios de Gestão*, correspondência, entrevistas, imprensa, abarcando a segunda o mesmo repertório de fontes, no âmbito federal.

Em outro aporte, fruto de trabalho sistemático do CENPEQ (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), o esforço de seleção de bens da coleção *Terra Paulista*, sob a coordenação de Paulo César Garcez Martins resultou em arejada utilização de fontes diversificadas, constitutivas do universo do patrimônio cultural paulista.⁵

Para encerrar esta breve consideração sobre o estágio de uso das fontes do patrimônio, convém registrar um dos diferenciais da pesquisa histórica nesse campo, que raramente pode contar com fontes dadas e predeterminadas em função da temática selecionada. Antes, os estudos demandam, na maioria das vezes, a construção de *corpus* documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendam a *história* do acontecido, do construído e do vivido, permite recuperar ruídos e fragmentos da *memória*, esta em particular, vetora das tantas figuras do passado. A aventura da descoberta e seleção de fontes é trabalho investigativo estimulante, enriquecendo a leitura plural do objeto de estudo, em suas tantas dimensões – material e imaterial.

Antecedentes

A exemplo do percurso metodológico historiográfico, sujeito às tantas variáveis de tempo, espaço e conjunturas, também a noção e a qualificação de bens de interesse do *patrimônio cultural* vêm sendo objeto de sucessivos entendimentos. Mais que isso, a própria abrangência do termo *patrimônio*, quando tomado no sentido de testemunho do passado e acervo a ser identificado, selecionado e preservado, suscita interpretações diversas, passíveis de questionamentos. No propósito deste texto, de elencar e sugerir fontes históricas para o estudo do patrimônio cultural, em suas várias vertentes, convém sinalizar o entendimento corrente atribuído ao termo, a partir de dois documentos oficiais, que o inscrevem com força de lei na prática cotidiana dos órgãos de preservação. Um primeiro, o já mencionado Decreto-lei 25, de 1937, que instituiu SPHAN e um segundo, não tão recente, inscrito na Constituição

de 1988, que ampliou o conceito restrito de *patrimônio histórico e artístico* para aquele de *patrimônio cultural*.

Retomar de forma breve os respectivos textos legais permite ilustrar parte do complexo e sempre polêmico espaço de conflito desse campo plural, tradicionalmente à mercê de visões de mundo, ideologias, sensibilidades e identidades particulares ou de políticas públicas, quando não enviesadas e/ou equivocadas, que o tomam por isso mesmo, terreno fértil e democrático de escolhas, eleições, representações e luta. Infere-se desde já a diversidade de fontes necessárias ao historiador que atua na área, na qual a interdisciplinaridade se impõe para a ampla apreensão do patrimônio em suas tantas dimensões.

O Decreto-lei 25 nasceu do anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, trabalho feito a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, como base para a criação do SPHAN. Na definição de Mário, que vivenciara práticas culturais do país, inclusive por meio de viagens de reconhecimento de parte do território, entendia-se por *patrimônio artístico nacional*: “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.

No tocante à *obra de arte patrimonial*, selecionava oito categorias voltadas para as *artes arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira e as artes aplicadas nacionais e estrangeiras*. Não obstante o vasto leque de conteúdos propostos, o artigo final do Decreto-lei 25, de forma reducionista, limitou-se ao seguinte conteúdo:

Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁶

Definia-se um critério de seleção que por muitos anos privilegiou os fatos ditos *excepcionais e personagens ilustres*, construindo-se uma História de poucos. Dava-se prosseguimento à História cultivada e propagada pelos Institutos Históricos e Museus, até então tecida à sombra de determinados interesses de classe, gênero, raça e cor, vitoriosa e homogeneizadora de diferenças. Em 1972,

a criação da categoria *patrimônio cultural da humanidade*, na Conferência Geral de Genebra, endossada pela Unesco, reforçava a classificação dos monumentos históricos pelo seu caráter excepcional e consagrava um dado entendimento desta matéria, agora em âmbito internacional.

De toda forma, como resíduo do anteprojeto de Mário de Andrade, os agentes iniciais do SPHAN cultivaram, na prática, as propostas nascidas da Semana de 22, na sua vertente pós-antropológica de busca das origens. Obstinação pelo desvendamento das manifestações genuínas do país, mapearam sítios históricos e núcleos urbanos testemunhas do passado, elegendo e consolidando referências, sobretudo, da história colonial, selecionando poucos remanescentes do Império e praticamente ignorando a produção republicana. No trato da história colonial, priorizaram-se algumas fontes, a exemplo das *Atas da Câmara, inventários e testamentos* – talvez os documentos mais potencializados para estudos históricos da área. No caso de São Paulo, contava-se com boa parte desse rico material já impresso por iniciativa do então prefeito Washington Luís Pereira de Souza. Foi dessa fonte que beberam os primeiros estudiosos do patrimônio na recuperação da história das capitâneas e da história provincial. Veja-se a carta do então técnico do SPHAN, Mário de Andrade, a seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 22 de outubro de 1941, que não só selecionava os instrumentos iniciais de trabalho do historiador do patrimônio, como apontava as dificuldades de sua localização e consulta, sinalizando entraves até hoje presentes em nossos arquivos e locais de pesquisa:

Meu caro Rodrigo,

Trouxe da Rio duas incumbências suas: destruição em fichas os Inventários e Testamentos e fazer uma monografia sobre a Rede Jesuítas de Monte Carmelo.

A Santa República solicitou da Arguaria da Estado uma coleção de Inventários e Testamentos [...] mas esta demonstrou vários males a nos ser entregue, e assim meino incompleta. [...] sacadi de nós a incumbência de estudar o Codice Lamago, a que fiz na integra e me tomou bastante tempo, pela dificuldade de leitura. [...] e vários volumes (dos Inventários e Testamentos que postula) que tinham interesse para a Serviço, ficando-as para este. O mesmo fiz com a Revista da Arguaria [...] organizei com tudo isso umas quatro centenas de fichas, relativas aos Estados de São Paulo e Mato Grosso.⁷

Novo entendimento

Cinquenta anos mais tarde, balizando o término de uma longa ditadura militar, a Constituinte de 1988 trazia novo texto sobre a matéria, que ampliava a noção de *patrimônio histórico e artístico* para *patrimônio cultural*, expressão do necessário trato antropológico e abrangente dos registros culturais do país. Em seu artigo 216 definia:

- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
- I – as formas de expressão;
 - II – os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por outro lado, diferia o patrimônio cultural daquele natural, classificado então como *patrimônio ambiental*.⁸

A renovação vinha com atraso e também se dava por conta de imperativos internacionais, que priorizavam as questões de meio ambiente e levavam em conta o debate sobre quistos identitários que emergiam da Europa moderna. A Constituinte de 1988 efetivamente ampliou o entendimento de *bem cultural*, com vistas à sua maior abrangência, ciente da pluralidade cultural do país, mas, sobretudo, premiada pelo curso do debate internacional, que exigia práticas e posturas de seleção e preservação do patrimônio afinadas com a nova ordem mundial. Convenções internacionais, em particular as *Cartas patrimoniais*,⁹ fenômenos geográficos, abalos do meio ambiente, destruição de paisagens vitais, medidas legais cautelares e os impactos da globalização conduziram ao novo entendimento do patrimônio cultural e ambiental. Na esteira das práticas mundiais, a democratização da memória social, contemplando o estudo de minorias outrora esquecidas, ampliava espaços, objetos, grupos sociais, saberes e fazeres do universo de representações do patrimônio cultural brasileiro.

Logo, as tradicionais fontes de que se valiam os historiadores para selecionar e celebrar os monumentos de uma História triunfante, de caráter positivista, documentos oficiais na sua maioria (atas, discursos, relatórios etc.), que instruíam processos de informação histórica parcial, deram lugar à diversidade de fontes e à produção do passado, com forte viés de valorização de manifestações populares, de grupos esquecidos da História, procurando reconstruir uma escrita da história “a contrapelo”.¹⁰

Presididos pelos aportes da Nova História, redirecionaram o olhar e selecionaram novos objetos, que pediam outras fontes, num registro de identificação e valorização das tantas representações sociais, da cultura material e imaterial, esta última, vale dizer – dos saberes e fazeres do povo –, assim como do patrimônio ambiental.

Nessa altura, o historiador passou a ser convocado para trabalhos de restauro, que exigiam metodologias específicas, assim como novas fontes que permitissem traçar *a história do bem*, vale dizer, das etapas de sua construção, dos programas de uso que conheceu, das alterações e acréscimos que sofreu, enfim, numa reconstrução da “biografia genética” do exemplar com vistas não somente à sua recuperação física, mas à sua efetiva reapropriação social.

Por outro lado, não se tratava apenas de preservar o imóvel inserido na paisagem que o emoldurava, mas, sobretudo, inferir-lhe o nexo na trama de representações do espaço que lhe era afeto, fosse rural ou urbano. Assim, o tombamento de bens pontuais perdia a razão de ser e procurava-se nos pareceres técnicos inseri-los no processo histórico que os explicava e na malha urbana ou no universo rural que lhes davam sustentação. Logo, sobrados, palacetes, igrejas, fortes, casas de Câmaras passaram a ser analisados e justificados enquanto patrimônio, se em diálogo com a cadeia de representações de suas emergências e cursos, demandando recuperação de amplos processos históricos. Em outras palavras, estudar e selecionar um exemplar de palacete residencial, por exemplo, implicava recuperar a evolução urbana do município da qual era parte, analisar a conjuntura em que emergira e relacioná-lo com demais imóveis coevos, representativos daquela paisagem urbana e ou etapa histórica, inserindo-o no processo histórico mais amplo.

Nessa trajetória de cerca de 50 anos, que mediu a criação do SPHAN e a Carta de 1988, infere-se que o “historiógrafo do patrimônio” do passado, responsável tão só pela coleta e somatória de informações da materialidade

do bem – data de construção, genealogia de seus moradores, feitos de relevo ocorridos em seu interior –, na verdade um lacônico cronista do patrimônio, passava a exercer outros papéis, decisivos para o entendimento e seleção de marcos simbólicos e vetores de significações, exercitando trato metodológico diverso de temas, objetos e fontes. Debruçava-se agora sobre outra temporalidade e estabelecia nexos da paisagem cultural, construída por camadas de história e memória, inferindo seu significado no processo histórico mais amplo. Passava, ainda que discretamente, a atuar nas políticas urbanas do presente, participando da elaboração de planos diretores municipais e da análise dos impactos ambientais, necessárias no quadro de grandes projetos de intervenção em áreas de interesse ecológico e/ou histórico.

Mas nem sempre foi assim. E se existe uma história das fontes,¹¹ também os usos das fontes do patrimônio no Brasil têm sua historicidade. Para isso nos valemos de breve pontuação de bens, trabalhados pelos Órgãos de Patrimônio nesses últimos setenta anos, caminho passível de ilustrar a ampliação de sua leitura, do amadurecimento das práticas de pesquisa na área, do rigor seletivo processado no quadro mais amplo das representações culturais.

A arquitetura onipresente: fonte e objeto

Percorrer o sistemático uso das fontes pelo historiador do patrimônio e levantá-las, implica primeiramente retomar a prática inicial dos órgãos preservacionistas, circunscrita a um campo restrito: o patrimônio edificado de pedra e cal. Vamos entender melhor o porquê. Na altura dos anos 1937, embora a História figurasse internacionalmente como agente decisivo na formação da consciência nacional e o discurso do patrimônio, no Brasil, primasse pelo seu cultivo, coube aos arquitetos priorizar exemplares arquitetônicos como testemunhos de bens a serem preservados. O monumento arquitetônico, história cristalizada, comparava como fonte potencializada para a leitura e percepção de significados. Razão pela qual os primeiros tombamentos do SPHAN, em sua dita fase heroica, centraram-se em imóveis e conjuntos arquitetônicos – procedimento que se replicou posteriormente quando da criação dos órgãos de preservação estaduais, que surgiram no país a partir da década de 1960.

Contudo, não foi apenas por seu didatismo que a arquitetura fora convocada como fonte e exemplar da história por excelência, assim como os monumentos

de pedra e cal tornaram-se referência basilar daquela etapa preservacionista. O precário estado de conservação de edificações centenárias e de alto valor artístico transformou-as em patrimônio de eleição e preservação prioritárias, a exemplo dos conjuntos arquitetônicos das cidades mineiras e de capitais do Norte e Nordeste, onde a manifestação do barroco se dava de forma muito particular, expressão inicial sincrética, de uma identidade nacional.

Concomitantemente, no correr daqueles anos 1930, a seleção recaiu em exemplares de arquitetura vernacular de formas despojadas, ao agrado dos arquitetos brasileiros que se iniciavam no modernismo, a exemplo das casas ditas “bandeiristas”, mais presentes no território paulista, mineiro e goiano. Desdobravam-se, em outro plano, as propostas nascidas da Semana de 1922, ao gosto inclusive da historiografia e literatura da época, da qual as produções coevas e opostas de Alfredo Ellis, *Raça de gigantes*, e aquela de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, figuram como emblemáticas do cultivo de uma identidade paulista, que teriam contribuído para a formação da nação. Em 1940, Mário de Andrade, ao referir-se à criação do SPHAN, afirmava a influência modernista: “O Modernismo foi um toque de alarme. Todos acordaram e viram perfeitamente a aurora no ar.”¹²

No tocante à arquitetura, a proposta de modernidade ambicionada pelo país passava pela busca das origens, traduzida na racionalidade do desenho e despojamento da forma, cultivada na esteira da ampla discussão internacional que se dava sobre arquitetura moderna. Balizava esse amplo debate o Quarto Congresso Internacional de Arquitetura de Atenas, de 1931, cujo documento final, a *Carta de Atenas*, introduziu o conceito de “monumento histórico” como critério de preservação, não obstante selecionado isoladamente na paisagem. Datava igualmente desse momento a instituição dos primeiros cursos de Arquitetura no Brasil e, neles, a cadeira de História da Arquitetura. E mais: junto a essa seleção, ocorreu o envolvimento efetivo do arquiteto com as questões do patrimônio; tornou-se profissional decisivo para sua análise, identificação e conservação, com pouca participação dos historiadores, naquela altura autôdatas na sua maioria, confinados aos Institutos Históricos, museus, salas de aula ou desenvolvendo solitariamente trabalho quase amador de pesquisa e identificação. Vale lembrar a primeira composição de técnicos do SPHAN, em que atuaram Rodrigo Melo Franco (advogado), Lúcio Costa (arquiteto), Mário de Andrade (antropólogo *avant la lettre*), Luis Saia (arquiteto), Carlos

Drummond de Andrade (então funcionário público e poeta) e Germano Hugo Graeser (fotógrafo). Ressalte-se a contribuição decisiva para a pesquisa histórica do arquiteto Lúcio Costa, então lotado no Serviço de Patrimônio, que iniciou exaustivo e sistemático levantamento de fontes em busca das formas arquitetônicas vernáculas.¹³

Nessa conjuntura, legitimava-se o primado do valor arquitetônico como instrumento de preservação da história.¹⁴ E mais: a ação preservacionista do SPHAN, não se limitou a reproduzir, por meio dos documentos materiais do passado, um perfil do país traçado pela História, mas também se entrelaçou a dois processos em curso: o desenvolvimento da arquitetura moderna e a construção de sua memória, a História da Arquitetura Brasileira.¹⁵

Essa circunstância vincoou a leitura e seleção de nossos bens pelo crivo da Arquitetura e dos bens excepcionais, até recentemente norma dos Órgãos de Patrimônio. Nesse quadro, a História era convocada como subsidiária dessa seleção, não obstante, inevitavelmente, a arquitetura consolidar-se como uma das mais ricas fontes históricas do patrimônio cultural. Assim, nessa etapa inicial, o monumento arquitetônico e a documentação impressa oficial figuraram como fontes quase exclusivas de nosso patrimônio cultural.

Novos olhares, novos objetos: renovando com a “abertura”

O antigo trato institucional do patrimônio nos remete a um elenco oficial de bens – casas de Câmaras e cadeias, igrejas, palacetes, fortes, sedes de fazendas etc., que, a partir dos anos 1980, conheceu diversificação sob os influxos da Nova História, que aportaram nos Órgãos de Patrimônio não sem resistência.

Ainda que esses institutos se constituíssem majoritariamente de arquitetos, alguns desses profissionais já ponderavam sobre a necessária diversificação temática para uma melhor representação, inclusive, da própria história da arquitetura no país e em sua representatividade nos estados. Junto a isso, deu-se a participação mais efetiva do historiador, agora reconhecidamente credenciado e habilitado no trato dos documentos, que integrava o serviço de patrimônio na qualidade de técnico. Esse novo historiador, às voltas com questionamentos de sua própria área e com o alcance e significado da seleção de bens simbólicos do processo histórico nacional, procurou ampliar a leitura do patrimônio. No

quadro da cultura urbano-industrial, a ortodoxia preservacionista começava a ser questionada e as novas tendências historiográficas buscavam dissolver os mitos que consagravam a História oficial, estendendo o entendimento da História como criação que envolve silêncios, singularidades e rupturas.

Os anos eram de renovação. No curso do movimento das Diretas Já e no clima de abertura política delineado, novas posturas são observadas na recuperação de fatos, atos e arquivos, sobretudo do âmbito das ditaduras. Cabe lembrar a discussão sobre a necessidade de abertura de arquivos secretos do Itamaraty, relativos à política de imigração do Estado Novo, ou a organização e disponibilidade pública dos documentos do DORS (Departamento de Ordem Política e Social), que passaram aos cuidados do Arquivo do Estado de São Paulo, iniciativas afinadas com a reconstrução do estado de direito do país e com a ampliação de horizontes da pesquisa histórica. Logo, quase que no curso de uma longa duração, foram necessários outros marcos, balizas e periodizações, assim como outros signos e celebrações, que permitissem inferir em nosso patrimônio cultural, sinais e ruídos de histórias silenciadas, minorias emudecidas, espaços de trabalho aliçados, cultos religiosos ignorados, práticas sociais em extinção. Três questionamentos, premiados pela nova visão de História e memória passaram a ser discutidos e introduzidos nos pareceres técnicos. Um primeiro ampliava o leque de representações da cultura material e voltava-se para representações de minorias sociais e silêncios da História; um segundo, que elegia novos objetos como suportes de memória – e aí entravam acervos de bens móveis –, de telas, a acervos de papéis, livros, fotografias, cartas e até mesmo, bens imateriais, saberes e fazeres da tradição popular; por fim, o questionamento sobre o tombamento de um bem isolado, considerando que grande parte de seu significado advinha de uma tomada de conjunto e contexto. Por outro lado, na esteira de um movimento internacional – de cuidado com o meio ambiente –, as áreas naturais passaram a ser objeto de atenção, vistas como patrimônios a serem pesquisados, identificados e preservados. Tinha início a seleção de áreas naturais, quando foram tombados no estado de São Paulo o Maciço da Jureia (1979), em Iguape, a Reserva Florestal de Morro Grande (1980), em Cotia, e a Serra do Mar (1985).

As lições do arqueólogo e historiador Ulpiano Bezerra de Menezes no âmbito da cultura material e em especial no campo dos significados, ele próprio militante de uma nova ação no interior dos órgãos do patrimônio, embasaram

significativamente a ação de Conselhos e técnicos, enquanto formava gerações de acadêmicos da área, que tomavam o patrimônio cultural como fonte, mas também como objeto, que já percorreram e fizera sua própria História.¹⁶

Nessa altura, o universo de bens tombados começava a absorver outros objetos, a partir da identificação e por meio de trabalho com novas fontes. Fontes que, inicialmente inusitadas no trato historiográfico, passaram a diversificar-se, compondo novas linhas de pesquisa que sucessivamente apontaram outros temas, revelando a pluralidade de nossa história cultural.

Na impossibilidade de discriminar as tantas vertentes de fontes históricas disseminadas pelo trato renovado dos estudos, mencionamos algumas referências, sejam aquelas de uso tradicional das fontes, sejam aquelas afinadas com a renovação metodológica da área.

Lugares de pesquisa

Para melhor situar o pesquisador no universo de instituições fundamentais para a pesquisa e identificação do patrimônio cultural, cabe uma referência aos acervos oficiais, que são de rigor em todo país. Certo que em cada estado o funcionamento desses organismos têm características próprias, não cabendo aqui sua discriminação. Importa deixar claro que a pesquisa em torno de bens patrimoniais não pode prescindir da consulta às fontes sob a guarda dessas repartições públicas. Contudo, de acordo com o historiador Carlos Bacellar, “a maior ou menor importância de cada arquivo só pode ser estabelecida de acordo com o objeto da pesquisa específica a ser realizada pelo historiador, seus interesses e questionamentos”.¹⁷

Independentemente da diversificação do olhar sobre o patrimônio, inferindo novas paisagens, objetos e saberes, a pesquisa histórica, em particular no caso do bem edificado, possui um curso inicial de praxe, que conduz o pesquisador aos arquivos e cartórios, passagem obrigatória para deslindar datação, proprietários, usos sucessivos dos imóveis etc. Assim, é de rigor percorrer, dependendo do caso, os arquivos que guardam acervos de caráter permanente, a saber:

Arquivos do Poder Executivo, cuja documentação em geral é encontrada nos Arquivos Públicos Municipais, Estaduais ou no Arquivo Nacional, escusado mencionar sua extraordinária riqueza de informes. Mais oportu-

tuos para estudos regionais são os Arquivos Municipais e Estaduais, primeiro passo para situar a documentação pertinente ao objeto de estudo.

Arquivos do Poder Legislativo, nos quais *Atas* e *Registros* guardam a legislação original e debates em torno das aprovações ou não de leis, sendo que em muitos estados, *Atas* e *Registros das Câmaras* já se encontram impressos. Esse é o caso privilegiado da cidade de São Paulo, talvez um dos raros municípios a ter a edição de suas primeiras *Atas da Câmara e Registro Geral*, mandadas publicar pelo então prefeito Washington Luís.

Arquivos do Poder Judiciário, em que *Inventários e Testamentos* são imprescindíveis para o conhecimento e dimensão do rol de pertences e objetos que figuravam no cotidiano que se pretende recuperar.

Arquivos cartoriais, nos quais *Notas* e *Registro Civil* dão conta de propriedades e respectivas descrições físicas.

Acervos institucionais, a exemplo dos antigos acervos dos Departamentos de Obras Públicas, que guardam toda a sorte de plantas, mapas e projetos arquitetônicos do Governo do Estado ou do Município, inclusive dos antigos acervos das Secretarias de Viação e Obras Públicas.

Arquivos eclesiásticos, responsáveis por registros paroquiais, processos e correspondência da Igreja Católica, que ganham particular importância para o historiador do patrimônio, em especial para o estudo de bens da Colônia e do Império. É sabido que nesse largo período, Igreja e Estado, por conta do *padroado*, conjugavam seus poderes, cabendo à Igreja a ordenação do espaço urbano, os registros de nascimento, casamento e morte, figurando como instância decisiva da guarda de documentos do país. Nos primeiros anos do SPHAN, voltado significativamente para imóveis isolados e núcleos históricos coloniais, assim como para o patrimônio sacro católico – traduzido em capelas, paróquias, igrejas, matrizes e mais tarde em catedrais e basilicas –, a consulta às fontes eclesiásticas foram potencializadas, passíveis de maior sucesso em alguns acervos mais organizados, a exemplo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Arquivos privados, que reúnem documentos particulares de indivíduos e famílias, por vezes alocados em Memórias ou Fundações, e que facilitam enormemente o conhecimento de um personagem, de políticas de seu tempo e mesmo de uma época. É o caso da coleção de fotografias de Marc Ferrer, hoje propriedade do Instituto Moreira Salles; ou arquivos privados, doados ao governo federal, conforme a trajetória do acervo de Rui Barbosa, que de coleção privada se transformou no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, do IPHAN, alocada em sua antiga residência, que guarda móveis, objetos e biblioteca conforme a disposição original, acrescida de moderno anexo, que abriga fundos documentais e bibliográficos, assim como coleções de obras afins, a exemplo do importante acervo de revistas pertencentes ao colecionador Plínio Doyle.

Museus, que reúnem documentos pertinentes às suas temáticas, permitindo a visão contextualizada e abrangente de determinados temas, assuntos e/ou objetos de estudos de interesse patrimonial. Não se pode desenvolver, por exemplo, um estudo afeto à representação da República no país, sem consultar o acervo do Museu da República no Rio de Janeiro, sediado no antigo Palácio do Catete, anteriormente Palacete do Barão de Nova Friburgo, um dos mais poderosos produtores de café da província fluminense. Ou o Museu Paulista, em São Paulo, no tocante à história da capitania, província e estado.

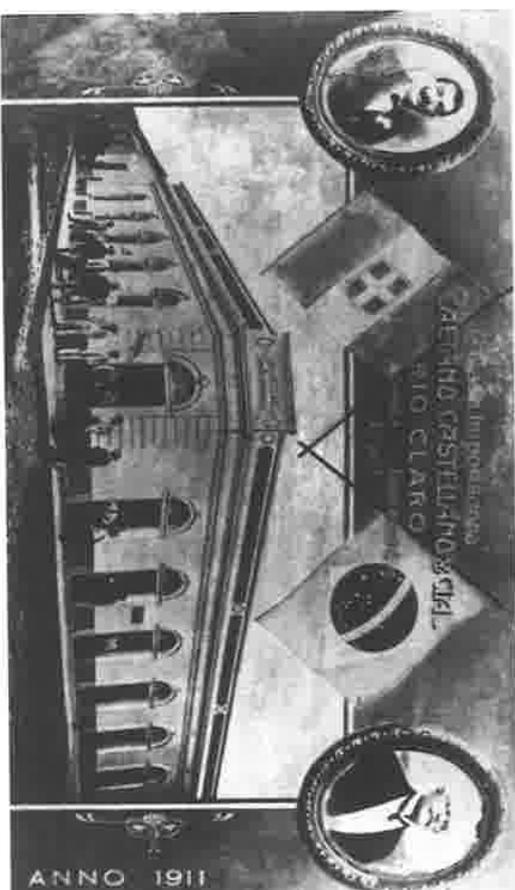
E quanto às novas fontes?

As fontes *iconográficas*, não apenas em sua leitura imediata e figurativa, mas inseridas no processo de sua produção e historicidade, foram das mais cultivadas. A imagem, em várias de suas manifestações e desde seus primórdios no Brasil, foi revirada, perpassando vinhetas dos mapas seiscentistas, desenhos de viajantes que percorrem parte do país nos séculos XVIII e XIX, ilustrações gráficas de todo o teor, estampadas na incipiente tipografia do país, mapas, plantas cartográficas e projetos arquitetônicos, estampas e selos comerciais, rótulos de embalagens – de latas e caixas –, cartazes de anúncios e espetáculos e, com especial acuidade na tomada dos fatos, a imagem da caricatura, fonte que veio se firmando para inúmeras apreensões da História, pelo registro do

instantâneo, do humor, da “caricatura” do fato. Contudo, com uso mais potencializado nas áreas do patrimônio no repertório iconográfico, está a *fonte fotográfica*, criticamente trabalhada a partir de sua emergência, no século XIX.

Coube à fotografia figurar como material de excelência para o historiador do patrimônio, permitindo a recuperação das tantas “reproduções” do passado. Inúmeros trabalhos sinalizaram esse inicial manuseio crítico e metodológico da fotografia, lembrando algumas das publicações pioneiras que privilegiaram a fonte fotográfica para recuperação de nosso patrimônio, a exemplo do estudo de Boris Kossov sobre Hercules Florence e os primórdios da fotografia no Brasil;¹⁸ aquele organizado por Annateresa Fabris, *A fotografia: uso e funções no século XIX*,¹⁹ em que se tem as várias dimensões do uso fotográfico como fonte; a recuperação das tantas imagens de São Paulo, de Benedito Lima de Toledo, a começar pelo *Album comparativo da cidade de São Paulo, 1862-1887*,²⁰ e, em caráter de pesquisa empírica e crítica, a contribuição de Solange F. de Lima e Vânia C. de Carvalho, *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – álbuns de São Paulo (1887-1954)*.²¹ Hoje, coleções fotográficas tecnicamente tratadas podem ser consultadas em instituições especializadas, tendo-se no acervo do Instituto Moreira Salles uma das referências do setor.

A *fonte imprensa periódica*, composta de almanaques, anuários, jornais e revistas de época constituiu-se em fonte impressa fundamental para a pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fonte e objeto de estudos patrimoniais.²² Sua importância para recuperação de imagens do passado, cotidianos e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado, objeto de estudo específico. Hoje, periódicos são disputados e colecionados, constituindo acervos preciosos de inúmeras representações históricas. Nesse sentido, o acervo de periódicos da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, se destaca como uma das mais representativas coletâneas do gênero, verdadeiro patrimônio nacional. A ampliação dos estudos levou ao escrutínio de coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país. Do tipo de papel, tamanho, periodicidade aos proprietários e colaboradores, as revistas em especial, desde que metodologicamente trabalhadas, permitiram recuperar dimensões insuspeitas da história. A renovação urbana das capitais das províncias na virada do século XIX para o XX, momento de constituição de



A documentação fotográfica figura como fonte preferencial do patrimônio, pelo seu caráter de fixar imagens físicas reais de cenários e personagens. Ainda assim, o exercício de análise e crítica do documento é fundamental, para decodificar seus vários significados e mensagens. (Casa Comercial Caetano Castellano Cia., em Rio Claro – SP, 1911. Fotógrafo ignorado. Acervo particular.)



A percepção da imagem da cidade em vários registros é fonte importante para a análise de sua evolução urbana, a exemplo desta foto da Praça do Patriarca no ano de sua abertura, em 1926, marcando a nova dinâmica do espaço paulistano, entretanto com o Viaduto do Anhangabau, o Centro Velho e a Cidade Nova. (Praça do Patriarca em São Paulo – SP, 1926. Fotógrafo ignorado. Acervo particular.)

nova imagem das capitais, agora republicanas, foi tematizada em vários periódicos, permitindo inúmeros trabalhos na área do patrimônio. Não obstante fonte capciosa, exigindo o exercício exaustivo da crítica interna e externa deste documento, as revistas, em particular, vêm propiciando estudos pontuais de patrimônio, iluminados pelo aporte multidimensional do tempo pretérito, onde letra e imagem interagem, produzindo novas e surpreendentes leituras.²³

A *fonte literária*, em suas tantas manifestações em prosa e verso, das memórias e diários às obras de ficção, passaram a ser esmiuçadas no propósito da investigação histórica do patrimônio. Basta lembrar Machado de Assis, fino historiador de nossa história cultural, que vem embasando tantos trabalhos da área, com mais pormenores no âmbito do espaço cênico carioca, vale dizer, da Corte e da Capital da República. Para São Paulo, seus cronistas urbanos – casos, por exemplo, de Guilherme de Almeida e Menotti Del Pichia –, que têm embasado trabalhos inspirados da imagem da cidade, apreendida no registro literário de seu cotidiano. Assim como a poesia, que tem permitido a recuperação lírica de objetos, temas e espaços datados de difícil apreensão, a exemplo daquele da São Paulo de Mário de Andrade, vale dizer, da rica transição da capital paulista em palpante dinâmica de crescimento e internacionalização. Assim como a fonte periódica, a fonte literária passou a constituir-se, ela própria em acervo patrimonial, mais valorizada após os estudos da história do livro e da leitura, que demandam a conservação de acervos e coleções de obras como instrumentais imprescindíveis para reconstrução de suas trajetórias e significados.

As *fontes epistolares*, correspondência ativa e passiva, se apresentam como decisivas para a apreensão do personagem, objeto ou tempo que se pretende recuperar. Assim como diários, biografias, memórias – manuscritos ou impressos –, fontes imprescindíveis no entendimento das tantas dimensões do bem cultural, pelo aporte de relato de época que contém. Nesse sentido, deve ser lembrado o trabalho com a fonte epistolar de Cristina Campos, valendo-se das cartas do engenheiro Paula Souza, ao reunir elementos para análise da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista.²⁴

As *fontes audiovisuais*, documentários, filmes e gravações sonoras, em geral encontradas nos Museus de Imagem e Som ou nos acervos de Cinematecas especializadas, só recentemente veem sendo utilizadas para fins de estudo de patrimônio, uso dificultado por sua dispersão e acesso restrito aos locais de consulta.

Ampliando objetos, temas e fontes

No percurso da ampliação temática da historiografia brasileira, com rebatimento nos estudos do patrimônio cultural e sua seleção mais abrangente, mereceram atenção nos últimos anos, em particular, a história social do país, traduzida em trabalhos sobre a população escrava e imigrante, sobre a história social da indústria, com enfoque na história do operariado e dos espaços fabris. Mas também se debruçou expressivamente no trato do espaço urbano, em análises interdisciplinares que têm merecido atenção da historiografia, em particular aquela que se volta para a evolução urbana e imagem de nossas cidades. Nesse sentido, cabe lembrar alguns estudos desenvolvidos no âmbito dos Institutos do Patrimônio, para embasar processos de estudos de tombamento, que vêm introduzindo novas temáticas e objetos, com ampliação das fontes pertinentes.

A começar pelo olhar sobre as práticas culturais de afrodescendentes, inseridas no bojo de inúmeros estudos acadêmicos sobre a escravidão. As fontes para essa seleção, praticamente inexistentes em sua materialidade, exigiram a reconstrução do processo mais amplo da presença africana e afrodescendente no país, o que implicou na recuperação de fontes judiciais, inventários, testamentos, debates do governo, relatos de viajantes, literatura, canções, fontes iconográficas e fontes orais. Um dos resultados dessa seleção no âmbito das políticas de identificação de patrimônios foi a inscrição, como referência cultural nacional, do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, de Salvador (em iorubá, Ilê Axé Iyá Nassô Oká), origem de centenas de outros terreiros, por todo o país, primeiro templo religioso não católico a ser tombado como *patrimônio histórico do Brasil*, em 1984.²⁵ Em São Paulo, no ano de 1990, foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) o terreiro Achê Ilê Obá, seguidor do rito ketu, no bairro do Jabaquara, exemplo típico das casas de culto dos orixás em território paulista. Espaços religiosos em que se deram representativas formas de resistência cultural, fosse do ponto de vista do rito, ou da estrutura hierárquica do candomblé, baseada nos mesmos princípios norteadores da estrutura social africana. A recuperação de significados desse patrimônio paulista valeu-se de fontes orais, por meio de relatos de descendentes de grupos afro, da consulta aos Inventários da Congregação Espírita Beneficente Pai Jerônimo,

que atua no local, de pesquisa de campo e da ampla bibliografia temática de caráter interdisciplinar.²⁶

No trato da história social, a importância da contribuição imigrante, até então vista no campo arquitetônico como pouco representativa no rol das manifestações vernáculas, foi reconhecida, em particular na seleção de edificações da Primeira República. As tantas etnias que a política imigrante trouxe para o país introduziram técnicas e legaram práticas que amalgamadas com a tradição local, produziram especificidades nas paisagens urbanas e rurais. Na cidade de São Paulo, a ornamentação de influência italiana dos *capomastri*, imprimiu traços particulares ao ecletismo em voga, do qual o Edifício Martinelli, o segundo arranha-céu da capital é emblemático, não obstante ainda não ter sido reconhecido pelo tombamento oficial do Estado. Associações italianas mereceram estudos particularizados, assim como às relativas à imigração japonesa, que imprimiu arquitetura própria em determinadas regiões, a exemplo do Casarão do Chá, em Mogi das Cruzes, tombado em 1982, e o Cemitério da Colônia Japonesa, em Álvares Machado, tombado em 1980. Mais que discriminar fontes, cabe lembrar o arquivo informatizado do Memorial do Imigrante em São Paulo, que guarda o registro de entrada destes contingentes populacionais, até o presente, instituição basilar para a reconstrução da história do país.

Ainda no campo da história social, os Estudos de Gênero conferiram outra leitura ao papel da mulher, pouco celebrada em espaços físicos próprios, mas que vem sendo tematizada inclusive no registro de sua opressão. A Casa de Dona Yayá, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, é testemunho material das formas pelas quais a sociedade entendia e tratava a loucura nos primeiros sessenta anos do século XX, em um de seus registros mais esmaecidos: aquele do confinamento por convenções sociais de época. Passível de estudo em fontes interdisciplinares, tem em alguns centros especializados a reunião de fontes e bibliotecas específicas para este fim, a exemplo do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp, ou mesmo acervos de instituições voltados para o estudo das doenças mentais e distúrbios psicológicos.

Outra dimensão contemplada no âmbito do patrimônio foi aquela da história do trabalho, que se voltou especialmente para a história operária, com a seleção de vilas operárias, estabelecimentos fabris, instituições representativas de associações da categoria e acervos documentais sobre sua própria história.

Nesse sentido, em São Paulo, foram tombadas vilas operárias, a exemplo da Vila Economizadora e Vila Maria Zélia, assim com a primeira fábrica de tombamento circunscrito ao edifício, com a perda em definitivo do maquinário original, que lhe dava sentido e representação. Assim como foram tombadas algumas unidades das Indústrias Matarazzo, da capital e interior. Em termos de recuperação da história inicial da indústria no estado, procurou-se recuperar os programas de uso das primeiras unidades de produção fabril, a exemplo daquela da Antártica de Ribeirão Preto, que conheceu tempos diversos, sincretizados num espaço plural, hoje tombado. Desnecessário informar que as fontes dessas recuperações são de extrema diversidade, cabendo apenas sinalizar alguns espaços em que a documentação pertinente vem sendo recolhida, tratada e colocada à disposição do pesquisador, a exemplo do Centro de Memória Edgard Leuenroth, da Unicamp, ou aquele do CDEEM (Centro de Documentação e Memória), na Unesp.

Na sequência, a história da técnica e dos serviços urbanos mereceu cuidados, o que pode ser percebido na reconstrução do espaço urbano e dos lugares de trabalho. Assim, no tocante ao expressivo significado da ferrovia para o Brasil, que vem se traduzindo na tentativa de preservação de alguns complexos ferroviários representativos, tem-se o tombamento da Vila de Parapiacaba, onde o sistema de planos inclinados e cremalheira possibilitaram a arrancada seira acima, unindo o planalto ao litoral, engenho mobilizador da engranagem capitalista no país. As fontes para esse levantamento estão pedindo trato urgente, dada a riqueza da documentação, que compreende atas de reuniões das diversas companhias ferroviárias, relatórios de administradores, plantas e fotos da construção das linhas – conjunto acomodado em galpões precários, à espera de trato e abertura à pesquisa.

Uma conquista recente: identificação e preservação do patrimônio imaterial

Coube à Unesco criar um dos primeiros programas de identificação e proteção do patrimônio imaterial, em 1994 – *Tesouros Humanos Vivos* –, a partir da experiência japonesa do pós-Segunda Guerra Mundial, visando valorizar e apoiar a transmissão de saberes, fazeres e expressões artísticas como di-

mensões importantes da herança cultural do Japão. Muitos outros programas sucederam-se neste âmbito, cujo critério norteador procurava demonstrar a diversidade cultural do planeta, para além da identificação apenas de bens materiais, viabilizada pela convenção de 1972.²⁷

Sem entrarmos na abrangência do tema e nas tantas experiências que vêm sendo vivenciadas nesse âmbito, importa registrar que no Brasil, em agosto de 2000 criou-se, através do Decreto 3.551, o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que estabeleceu legalmente quatro dimensões do patrimônio imaterial: *celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos* das diferentes identidades conformatoras da diversidade cultural do país. Em 2003, firmou-se a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, com especial destaque à realização de “inventários”, que se constituem, inclusive, em forma preliminar de salvaguarda. Contudo, a eleição desses patrimônios se dá no quadro de uma temporalidade dinâmica, trabalhando-se o passado no momento presente, assim como a construção da memória e os registros de histórias de vida como testemunhas de um tempo. Logo, para pesquisas nesse campo, as fontes recaem em “documentos, entrevistas e performances através da observação participante – no aqui e agora do acontecimento”.²⁸ Campo novo de atuação do historiador do patrimônio, a seleção de fontes guarda particularidades e desdobramentos decorrentes das práticas culturais a serem preservadas. Nesse sentido, cabem os exemplos de seis bens registrados como Patrimônio Cultural Brasileiro: o Ofício das Panelleiras de Goiabeiras, do Espírito Santo; a Viola de cocho, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; o Ofício da Baiana de Acarajé; a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi, do Amapá; o Samba de Roda no Recôncavo Baiano; o Cirio de Nazaré, de Belém do Pará. Em Minas Gerais, registrou-se o Queijo do Serro, cuja técnica de fabricação teria sido trazida para o Brasil no século XVIII, por portugueses da região da Serra da Estrela, em Portugal. Já a Linguagem dos Sinos de São João del Rei – onde para cada acontecimento da cidade havia um código sonoro determinado e conhecido pela população – está na lista prevista ao *Livro de registro dos saberes* do patrimônio mineiro.

Nessa diversidade, cabe ao pesquisador inferir as fontes pertinentes ao processo em estudo, coletadas na ampla temporalidade que preside as manifestações do patrimônio imaterial.

Pluralidade de memórias, diversificação de fontes

Não obstante a renitente permanência da memória da arquitetura, vale ressaltar a salutar mudança de foco da seleção de bens do patrimônio cultural. Uma pluralidade de “memórias” vem sendo contemplada nas análises técnicas evocativas de processos históricos antes ignorados e desprezados. Ampliou-se o olhar sobre edificações singelas, mas representativas de processos históricos soterrados e alijados, a exemplo do tombamento do Gabinete de Leitura de Rio Claro, em 1985, refletindo o cuidado para com o edifício que abrigara uma prática política cara aos republicanos, justificado por representar uma mentalidade, vale dizer, de liberais às vésperas de grandes mudanças políticas. As fontes potenciais para essa recuperação foram os próprios títulos do acervo da instituição, assim como *Atas de fundação e funcionamento* da entidade (casualmente guardadas), fotografias de época, depoimentos de antigos moradores, relatos de cronistas da cidade – fontes que permitiram recuperar uma rede de vinte exemplares da instituição na província, confirmadores de uma ação política.

E mais: a pesquisa e identificação de prédios escolares da Primeira República levaram à seleção de 126 exemplares, que documentam o investimento na política educacional, um dos programas mais caros da plataforma republicana. *Relatório de Inspectores de Ensino e Presidentes da Província, Anuários de Educação, Estatísticas de quadro de alunos e frequência, plantas* dos projetos inovadores à época, resultaram em recorte bem fundamentado daquela etapa da educação paulista.

Mas incidir-se também sobre exemplares de arquitetura moderna e de estéticas representativas de processos sociais e/ou memórias do Estado. Essa seleção, impensável para o Conselho de décadas anteriores, longe de conferir valor a bens relativos ao ecletismo, ao *art nouveau*, ao *art déco* e mesmo ao neocolonial, considerados espúrios no quadro de uma arquitetura brasileira e de uma História Nacional. Em consonância com a nova postura, sucederam-se os tombamentos de edifícios de arquitetura moderna, da Pampulha, de Oscar Niemeyer, em Belo Horizonte (1984), o Projeto Urbanístico de Brasília, de Lúcio Costa com Niemeyer (1990) a marcos mais setorializados, a exemplo da Faculdade de Arquitetura, de Vilanova Artigas (1981); Museu de Arte de São Paulo, de Lina Bo Bardi (1982); Residência do artista Flávio de Carvalho,

em Valinhos (1982); Casa de Vidro, de Pietro Maria Bardi (1986), no bairro do Morumbi, na capital paulista.

Cabe repassar, ainda, a guisa de reforçar os novos caminhos de seleção de bens e consequentemente de fontes, outros exemplos: a memória do ambiente urbano, que teve sua confirmação no tombamento do Largo da Memória e do Parque da Independência (1975). A memória da saúde pública, com o tombamento do edifício do antigo Desinfetório Central, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo (1985), esse hoje restaurado e abrigando o Centro de Memória da Saúde, afeto à Secretaria da Saúde, com a guarda da documentação pertinente, de organismos públicos e particulares da área.

Em 1986, o tombamento dos bairros paulistanos Jardim América, Jardim Europa e Jardim Paulista, que se valera de fontes impressas textuais e iconográficas, com grande aporte da fonte periódica, sinalizava que a preservação e a memória passavam a fazer parte das políticas urbanas. As principais fontes para esse amplo estudo recaíram no acervo da Companhia City, firma inglesa empreendedora do urbanismo do Jardim América, e naquele da Prefeitura Municipal, bem como nas fontes periódicas do período.

Ampliavam-se, pois, os objetos, as temáticas, a linha temporal e a geografia do universo do patrimônio cultural, a despeito da rigidez de alguns limites cronológicos e espaciais que ainda presidem os atuais estudos. No caso de São Paulo, até o presente, ainda são pouco estudadas as regiões da Alta Paulista, a oeste do Estado – só agora, os *campi* da Unesp vêm se debruçando sobre a temática, nos cartórios e arquivos locais.

Pode-se observar, também, uma evolução na dinâmica desse entendimento, contemplado por estudos temáticos – escolas, estações de ferro, patrimônio sacro, patrimônio rural – para se trabalhar hoje na percepção de conjuntos analisados interdisciplinarmente, na dialética do rural e do urbano, no quadro do urbanismo, na chave da democratização social da memória com vistas à sua efetiva apropriação cidadã.

Importa considerar que o momento reclama novas perspectivas de análise e seleção dos bens culturais, para os quais se exigem novas fontes. Márcia Sholtz de Andrade Kersten conclui: “Ao trabalhar com diversidades, o patrimônio deve ser entendido como um signo polifônico, com muitos falares, baseado em diferentes interpretações de mundo que permitem várias leituras, potencializando significados relativizadores.”⁹

Nesse sentido, a diversificação de fontes para a História do Patrimônio Cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, patrimônio material ou imaterial a ser desvendado, procurando novas estratégias para entriquecimento da leitura e apreensão do documento, num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história.

* Agradeço a colaboração de Elisabete M. Watanabe, Marcelle Marques de Andrade, Sílvia Wolf e a leitura criteriosa da Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara.

Notas

- 1 Antônio Augusto Antes, “Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais”, em *Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*, Brasília: Unesco, IPHAN, MINC, 2008, p. 1.
- 2 José Honorio Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968. *A pesquisa histórica no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, pp. 126-8.
- 3 Marly Rodrigues, *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo – 1969-1987*, São Paulo, Unesp, Fapesp, соmвeнчaнaт, Inesp, 2001.
- 4 Silvana Rubino, *As faculdades da história: as origens, a criação e os trabalhos do sphan, 1936-1967*, Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Unicamp.
- 5 Paulo Cesar Garcez Martins (org.), *Terra paulista: Histórias, arte, costumes*, São Paulo, Cepec, Imprensa Oficial, 2004, 4 vols.
- 6 Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Em Maria Cecília Londres Fonseca, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ / MINC / IPHAN, 2005, pp. 245-52. (Destaque nosso.)
- 7 Carta de Mário de Andrade para Rodrigo Mello Franco, em 22 de outubro de 1941. Em *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*, Brasília, MEC-SPHAN; Pro-Memória, 1981. (Destaque nosso.)
- 8 Constituição de 05 de outubro de 1988, artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.
- 9 Ver Isabelle Cury, *Cartas patrimoniais*, Brasília, IPHAN, 2004.
- 10 Walter Benjamin, “Thèses sur la philosophie de l’histoire”, em *Essais*, Tome II. 1935-1940. Paris Denoël-Gonthier, 1984, onde expõe a escrita da história a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos contra a tradição conformista do historicismo alemão, em empatia com o vencedor.
- 11 Maria de Lourdes Janotti, “O livro *Fontes Históricas* como fonte”, em *Carta Bassanezi Pinsky* (org.), *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, pp. 9-22.

- ¹² Lélia Coelho Frota, "Mário de Andrade: uma vocação de escritor público", em *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*, Brasília, MEC-SPHAN; Pró-Memória, 1981, p. 25.
- ¹³ Marcos José Carrilho, *Lício Costa, patrimônio histórico e arquitetura moderna*, São Paulo, 2002, Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, especialmente pp. 125-60.
- ¹⁴ Marty Rodrigues, op. cit., p. 27.
- ¹⁵ Silvana Rubino, op. cit.
- ¹⁶ Entre tantos títulos de sua vasta obra ver: Ulpiano T. Bezerra de Menezes, "Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público", em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n. 21, pp. 89-104.
- ¹⁷ Para melhor entendimento do conteúdo desses acervos, ver: Carlos Bacellar, "Uso e mau uso dos arquivos", em Carla Bassanezi Pinsky (org.), op. cit., pp. 23-79.
- ¹⁸ Boris Kossov, *Origem e expansão da fotografia no Brasil – século XIX*, Rio de Janeiro, MEC/Funarte, 1980.
- ¹⁹ Annateresa Fabris (org.), *A fotografia: uso e funções no século XIX*, São Paulo, Edusp, 1991.
- ²⁰ Benedito Lima de Toledo, Boris Kossov e Carlos Lemos, *Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*, São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1981
- ²¹ Solange Ferraz de Lima, Vânia Carneiro de Carvalho, *Fotografia e cidade: da razão urbana a lógica de consumo – álbuns de São Paulo (1887-1954)*, Campinas, Mercado de Letras, 1997.
- ²² Ver a propósito o artigo de Tania Regina de Luca, "Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos", em Carla B. Pinsky (org.), *Fontes históricas*, op. cit.
- ²³ Ver nesse sentido os trabalhos de Ana Luiza Martins, *Revistas em revista, 1880-1940*, São Paulo, Edusp; Fapesp; Imesp, 2001; Maria Lúcia Bressan, *Da Brevet-Arts ao Bungalow: uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo*, 1989, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Silva Ferreira Santos Wolff, *Espço e cultura: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*, São Paulo, 1992, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ²⁴ Cristina de Campos, *Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893*, São Paulo, 2007, Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ²⁵ *Processo nº 1.067-T-82*, Inscrição nº 93, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 43, e Inscrição nº 504, Livro Histórico, fls. 92.
- ²⁶ *Processo nº 26.110/88*, Res. SC22 de 14.08.1990, instruído pela historiadora Marty Rodrigues, fl. 50.
- ²⁷ Maria Cecília Londres, "Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial", em *Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*, Brasília, Unesco, IPHAN, MINC, 2008, p. 3.
- ²⁸ Para melhor entendimento deste novo campo ver: Leticia C. R. Viana, "Metodologias de inventário e pesquisa aplicada ao patrimônio imaterial", em *Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*, Brasília, Unesco, IPHAN, MINC, 2008.
- ²⁹ Márcia Scholz de Andrade Kersten, *Os rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*, Curitiba, Editora UFRP, Imprensa Oficial Paraná, 2000, p. 50.

Bibliografia

- ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais. *Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. Brasília: Unesco, IPHAN, Minc, 2008.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Thèses sur la philosophie de l'histoire. *Essais*. Denoël-Gonthier, 1984, t. II. 1935-1940.
- BRESSAN, Maria Lúcia. *Da Brevet-Arts ao Bungalow: uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, Cristina de. *Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CARRILHO, Marcos José. *Lício Costa, patrimônio histórico e arquitetura moderna*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CURY, Isabelle. *Cartas patrimoniais*. Brasília: Iphan, 2004.
- FABRIS, Annateresa (org.). *A fotografia: uso e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991.
- FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: uma vocação de escritor público. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: MEC-SPHAN; Pró-Memória, 1981.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MINC / IPHAN, 2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O livro Fontes Históricas como fonte*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938 – 1990*. Curitiba: Editora UFRP, Imprensa Oficial Paraná, 2000.
- KOSSOV, Boris. *Origem e expansão da fotografia no Brasil - século XIX*. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, 1980.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à de consumo – álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
- LONDRES, Maria Cecília. Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. *Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. Brasília: Unesco, IPHAN, Minc, 2008.

- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pró-Memória, 1985.
- MARINS, Paulo César Garcez (org.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes*. São Paulo: Cempes; Imprensa Oficial, 2004, 4 v.
- _____. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: MEC-SPHAN; Pró-Memória, 1981.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista, 1880-1940*. São Paulo: Edusp; Fapesp; Imesp, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n. 21, pp. 89-104.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Unesp; Fapesp; CONDEPHAAT; Imesp, 2001.
- РОВИНО, Сивана. *As fachadas da história: as origens, a citação e os trabalhos do SPHAN, 1937-1968*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.
- Толубо, Бенедито Лима де; Косоу, Борис; Лemos, Carlos. *Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1981.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Espaço e edificação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.